

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2014 – CDH

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no próximo dia 18 de agosto de 2014, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado Federal, para que seja debatido o que deve ser feito para completar-se a abolição da escravidão, com a presença dos seguintes convidados:

1. Vivi Nabuco - Neta de Joaquim Nabuco;
2. José Tomas Nabuco Filho - Neto de Joaquim Nabuco;
3. Pedro Nabuco - Bisneto de Joaquim Nabuco;
4. Hamilton Pereira da Silva - Secretário de Cultura do GDF;
5. Hélio Santos - Doutor em Economia pela USP, Professor e Escritor;
6. João Jorge Rodrigues - Mestre e Doutorando em Direito pela UnB, Presidente do Grupo Cultural Olodum/Ba;
7. Sergio São Bernardo - Mestre em Direito pela UnB, Professor da UNEB; e
8. Joel Rufino - Historiador, Escritor, Ex Presidente da FCP - Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura.

JUSTIFICAÇÃO

A presidenta da República sancionou em 2 de junho último a lei nº 12.988, que inscreve o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. Este ato, sancionando em Lei um projeto de minha autoria, se reveste de grande valor histórico ao resgatar uma das figuras mais importantes do Império, historiador, jurista,

diplomata, escritor, político e abolicionista. Um pernambucano que lutou em favor da abolição da escravidão e que sempre propugnava por condições para que o escravo se transformasse em homem livre com dignidade. "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil", dizia ele ao ver que pouco estava se fazendo para que o escravo tivesse acesso à educação, ao trabalho e à terra.

Em 13 de maio de 1888, ao assinar a Lei Imperial nº 3.353, a Princesa Imperial do Brasil, Dona Isabel, em sua terceira regência, marcou um importante momento da história de liberdade do Brasil. Mas não concedeu liberdade aos escravos. Eles foram jogados à rua e às estradas.

O Império foi extinto logo após, a República lhe sucedeu, mas ainda não concluímos o longo processo da Abolição. Apesar de maioria na sociedade brasileira, os negros ainda são marginalizados e têm menos direitos, de fato.

Políticas afirmativas têm sido implementadas nas últimas décadas. Algumas com sucesso. Mas ainda o país precisa definir um projeto abolicionista. Este é o sentido da Audiência Pública.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2014.

CRISTOVAM BUARQUE
Senador PDT/DF